



Sindicato de Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Bauru, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso- Filiado à CUT - FNITST
Rua Cussy Júnior, 3-40, centro - 17015-020 - Bauru/SP - Fone-fax (14) 3223-6642 - e-mail: sinferrobru@uol.com.br

Diretoria toma posse com o compromisso de ajudar a preparar e a organizar a categoria pela base



A nova direção do Sindicato que tomou posse em 28 de abril terá pela frente nos próximos três anos imensos desafios. O maior deles sem dúvida será o de fortalecer a compreensão junto à categoria da importância dela participar ativamente da vida cotidiana da entidade.

Nossa categoria mudou muito depois do processo de privatização, e mais ainda com a gestão da ALL iniciada em 2006. Com uma gestão agressiva, baseada no incentivo ao individualismo, na rotatividade de mão de obra, nos baixos salários e no estímulo a competição com a implantação da participação nos lucros e na distribuição de prêmios que são o maior engodo praticado contra os trabalhadores. As terceirizações que foram combatidas pelo sindicato e nas quais conseguimos por fim, também foi uma arma

utilizada pela empresa para com nossa identidade, e que agora a empresa tenta capitalizar como se fosse um ato voluntário dela.

Muitos trabalhadores dizem: sou sócio, o sindicato tem que resolver minha situação. Quando isso não ocorre, dizem: o sindicato não serve para nada. Alguns acham que o sindicato é um pronto-socorro. Estas reações levam muitos dirigentes ao desânimo e angústia, e alguns são levados a procurar qualquer remédio individual para os sintomas, e não se

organização foram temas amplamente debatidos e resultaram em decisões a serem implementadas neste ano.

Destacamos entre elas duas: a campanha de filiação dirigida aos ferroviários da ativa que ainda não são sócios será convidada a se filiarem ao sindicato. A formação também deverá ser destacada tanto para os dirigentes quanto para a categoria. Elevar nosso grau de conhecimento sobre o que ocorre no mundo e seus impactos na vida dos trabalhadores é fundamental para que possamos compreender como desenvolver as lutas para conquistarmos nossas reivindicações. A diretoria não substitui a categoria. Temos que trabalhar de forma firme e paciente para vencer esta "posição paternalista" que contamina inclusive



concentram no combate às causas. No seminário que realizamos dia 29/4 em Bauru, o fortalecimento do sindicato na base, a participação da categoria e formas de

dirigentes sindicais. A ação coletiva da categoria, impulsionada pela direção é a melhor garantia de fortalecimento de nossa unidade de ação.

A lei áurea foi uma conquista e não dádiva



Neste 13 de maio chegamos aos 123 anos da Abolição da Escravidão no Brasil. Este dia é o Dia Nacional de Denúncia do Racismo, instituído pelo Movimento Negro Unificado – MNU em 1978.

Esta é uma das datas mais importantes da história do Brasil, e da luta travada pelos negros que sempre combateram a escravidão, e da luta abolicionista como o maior movimento de massas já realizado no Brasil.

Importante nesta data, resgatar saudação de Raul Pompéia aos escravos rebelados: “A idéia de insurreição indica que a natureza humana vive. A maior tristeza dos

abolicionistas é que essas violências não sejam freqüentes e a conflagração não seja geral”. É trágico que o 13 de Maio tenha sido praticamente enterrado sob a narrativa revisionista fabricada na linha de montagem da

“história dos vencidos”, e de que teria sido uma dádiva da coroa.

No meio do século XIX já não havia mais como manter a escravidão no Brasil. As lutas contra escravidão negra tomavam conta do país. De longe vinha o Quilombo de Palmares, sobre o qual não é preciso se estender, a Revolta dos Males na Bahia. Nas décadas de 1830 e 1840, o país havia vivido algumas das suas maiores rebeliões ou guerras internas como a Cabanagem no Pará, a Balaiada no Maranhão, a Guerra dos Farrapos, entre outras, onde o fim da escravidão sempre esteve colocado.

O Brasil chegava ao fim do século XIX marcado por rebeliões e imerso numa profunda crise econômica. Esta situação tensa, fruto do agravamento constante das crises econômicas no mercado mundial, juntava-se à pressão internacional da burguesia, que não podia permitir a continuidade da concorrência de produtos da mão-de-obra escrava. Mas a escravidão não caiu de madura: foi derrotada pela primeira luta popular de caráter nacional da história brasileira

Os revisionistas que se colocam a serviço da história oficial, condenam ao esquecimento os jangadeiros cearenses que se recusaram a transportar aos navios os escravos vendidos para outras províncias, os tipógrafos que não imprimiram panfletos anti-abolicionistas, os ferroviários da Santos/Jundiaí que embarcavam clandestinamente milhares de negros com destino ao quilombo de Jabaquara, seqüestrando desta forma o protagonismo popular, vendendo a falsidade

histórica de que a Lei Áurea foi à conclusão de um programa das elites, pontuado pelas leis do Ventre-Livre e dos Sexagenários, para a plena implantação do capitalismo no Brasil.

A Abolição foi uma luta popular, envolvendo brasileiros de todos os tons de pele. Seu conteúdo simbólico leva hoje milhares de homens e mulheres, negros e não negros à revolta contra as humilhações impostas por traficantes e policiais às comunidades das favelas e inspira a exigência de que todos tenham direito a escolas e hospitais públicos de qualidade, transporte público de qualidade, trabalho descente, o que ao fim e ao cabo, é a luta para a afirmação prática dos direitos republicanos universais para todos.

Roque Ferreira, Coordenador de Organização e Comunicação do Sindicato

Sempre tem alguém para desrespeitar a lei

Mais de cem anos de lei Áurea e os grandes patrões continuam a desrespeitá-la. Estamos no século XXI tem se tornado comum a divulgação de trabalhadores em condições escravas em diversos setores. Escravos ferroviária, escravos nas lavouras de cana e café, escravos na construção civil, construção civil e confecções em geral. O trabalho escravo envolve produtores e empresas de todo tipo e todo lugar, em vários cantos do Brasil. Casos de escravidão são noticiados em jornais nacionais e internacionais; não passa semana e mês sem novo caso...Você se lembra do caso Inocêncio de Oliveira? E as denúncias publicadas em destaque no jornal americano New York Times? A escravidão existe em quase todos os estados do Brasil. Está no Estado do Mato Grosso, que tanto exporta quanto explora mão-de-obra escrava. O caso mais recente de trabalho escravo em nível nacional envolve o grupo Pernambucanas, que em plena capital do Estado de São Paulo, foi descoberta uma casa onde 16 bolivianos eram escravizados. As vítimas da escravidão têm todas as idades: trabalhadores adultos e idosos, jovens, mulheres, crianças, adolescentes. Libertar escravos no Brasil do século 21 virou notícia comum... 123 anos após a abolição da escravatura!



Agora é hora de impulsionar a Campanha Salarial

Concluída boa parte do processo de primarização que colocou fim a nefasta terceirização, temos que nos concentrar na conclusão da Campanha Salarial. O Sindicato solicitou que empresa forneça a listagem completa de todos os ferroviários da ALL/Novoeste, com nome, função, cidade onde está lotado e salário base, para que as discussões sejam retomadas.

Estas informações são fundamentais para que possamos ter o quadro geral da categoria.

Realizamos várias reuniões com a Empresa e consensamos a maioria das cláusulas. Existem pendências em relação as horas extras, jornadas de trabalho, relações sindicais e valores do tíquete refeição.

Aumento das jornadas é inaceitável

A empresa voltou a insistir em regulamentar o aumento da jornada de trabalho do pessoal de tração, que deveria ser de 6 (seis) para 8 (oito) horas diárias. O sindicato já afirmou que aumento de jornada e banco de horas não integram nossa pauta de reivindicações, portanto não sendo objeto de negociação, por terem sido rejeitados diversas vezes pela categoria.

A Jornada de trabalho de 6 (seis) horas se aplica a todos os ferroviários que exercem atividades que não podem sofrer solução de continuidade, ou seja, trabalham em turno de revezamento, o que a empresa não cumpre.

Hoje lutamos para que os ferroviários da tração tenham direitos legais respeitados, tais como: concessão de folga de no mínimo 24 horas, logo após o repouso interjornada dentro dos sete dias da semana, o que a



empresa não aplica. O repouso inter-jornada de no mínimo 12 horas que não vem sendo respeitado provoca uma série de danos à saúde dos companheiros. A empresa não vem efetuando a troca das equipes nos pontos determinados, obrigando companheiros a conduzirem trens por 16 horas, o que coloca em risco

a integridade dos ferroviários e pode concorrer para a ocorrência de acidentes.

Não! Não! Não! Esta deve ser a resposta da categoria para o aumento da jornada de trabalho. Para convencer, a empresa acena com um abono de 28% sobre o salário base de cada um dos ferroviários. Mas isso não

representa ganho, ao contrário implica em perdas imediatas.

Tirar o couro

O objetivo da empresa é tirar o couro dos ferroviários. Fazer trabalhar mais, e pagar menos. Para convencer usam de todos os recursos, principalmente os prêmios, as metas, o tal PPR no final do ano. Quanto mais trabalha, menos tempo tem o ferroviário para pensar no quanto vem sendo explorado. Para ganhar os prêmios, muitos se sujeitam a toda sorte de agressões, achando que vão percorrer ruas de fogo, e no final vão encontrar uma fonte maravilhosa. Normalmente depois que viramos bagaço somos jogados na lata do lixo. Por isso afirmamos aumento de jornada de trabalho, nem pagando!

Atenção para as homologações das terceirizadas

Serão realizadas na sede do sindicato nas cidades de Corumbá e Três Lagoas, as homologações das rescisões dos empregados da empreiteira ALLU, nos dias 30 de maio. Em Campo Grande as homologações serão nos dias 30 e 31 de maio, na sede do sindicato.

Os empregados da Semafer terão as homologações efetuadas da seguinte forma:

Campo Grande, sede do sindicato, dias 25, 26 e 27 de maio. Os empregados que morem em Ligação, Aquidauana, Ribas do Rio Pardo e Arlindo Luz, serão conduzidos para a sede do sindicato com custas e transportes fornecidos pela ALL. Ainda em relação a Semafer, nos dias 25, 26, e 27, serão realizadas homologações na sede do sindicato em Três Lagoas, e os empregados que residem em Val Paraíso, Arapua, Andradina e Pena Junior, serão conduzidos ao sindicato com as custas e transportes fornecidos pela ALL.

Os empregados da Colocar, em Bauru, na sede do sindicato dias 16 e 18 de maio, conforme lista fixada no quadro de aviso do sindicato. Os empregados que residam em outras cidades, serão trazidos para Bauru por conta da empresa ALL.

Orientamos todos os empregados que tragam para a homologação os estratos analíticos do FGTS,

Ferroviários da Via Permanente e Mecânica exigem respeito

Os ferroviários que foram contratados diretamente pela ALL/Novoeste para exercerem as funções de manutenção e conservação de via permanente e mecânica devem ser tratados com respeito. E isso não vem ocorrendo. Vários supervisores de turmas de via e mecânica se esqueceram que a escravidão acabou há 123 anos, no dia 13 de maio de 1888.

A jornada de trabalho dos ferroviários da via e mecânica é de no máximo 44 horas semanais. Estas 44 horas podem ser realizadas de segunda a sexta, ou de segunda a sábado até as 11 horas.

As horas trabalhadas diariamente além da jornada normal devem ser pagas como horas extras. Importante ressaltar que é permitido a realização de somente 2 horas extras depois de cumprida a jornada normal diária.

Os que trabalham fora da sede, ou ficam alojados em acampamentos, devem receber suas diárias de forma adiantada.

Trabalho no sábado ou domingo



Quando os colegas são convocados para trabalhar no sábado, as horas trabalhadas devem ser pagas como extras com adicional de 100%, pois o

sábado já pago com horas trabalhadas a mais de segunda a sexta.

O domingo é dia de descanso (repouso semanal remunerado), e o ferroviário não pode ser obrigado a trabalhar. Se trabalhar no domingo, deve receber todas as horas como horas extras com adicional de 100%, e ainda a empresa deve conceder na semana outro dia para a folga.

Repouso não pode ser interrompido

Como o pessoal da via e mecânica trabalham com jornada regular, encerrada a jornada normal diária ele está em repouso. Se for chamado durante a noite para atender

serviços da empresa, este ferroviário não cumpriu o repouso. Neste caso, todas as horas, desde o momento em que deixou o trabalho devem ser pagas como horas extras. Encerrada esta jornada deve ter uma folga de 24 horas. O peso de via permanente deve receber o adicional de insalubridade que não vem ocorrendo. Este assunto já foi decidido pelo Tribunal Superior do Trabalho há mais de 15 anos, em ação judicial que determinou o pagamento. Ao não pagar a ALL/Novoeste está descumprindo a lei.

Não aceite pressão e desmandos

N'ânsia de mostrar serviço, preencher gráficos, para receberem prêmio, alguns supervisores estão atropelando dos direitos dos ferroviários da via e da mecânica. O modus operandi é velho: ameaçam de demissão, pressionam. Estamos de olho, vamos publicar a lista destes supervisores, e ainda podem ser processados por assédio moral. Qualquer agressão que você sofrer por parte de supervisores, gerentes, entre em contato com o Sindicato.

Ferroviário realiza o sonho da casa própria

O ferroviário Uandirá, operador de máquinas e sua esposa Márcia, realizaram em 11/05 o sonho da maioria dos trabalhadores. Receberam as chaves da casa própria no bairro São João do Ipiranga em Bauru. Duas conquistas para o companheiro e sua família em pouco tempo: deixou de ser terceirizado e conquistou seu imóvel, construído pelo Programa Minha Casa Minha Vida. O companheiro e sua família, assim como as outras 37 estavam muito felizes, por estarem conquistando um direito básico e elementar que é a moradia digna. E mais, como está empregado regularmente, poderá utilizar o FGTS para pagar mensalmente as prestações de seu imóvel.



E por falar em FGTS, é muito importante que os trabalhadores acompanhem regularmente na Caixa Econômica Federal se a empresa está efetuando os depósitos corretamente. Nos recentes desligamentos efetuados pelas terceirizadas que

atuavam na ALL/Novoeste, as mesmas não comprovaram ter efetuado os depósitos referentes ao FGTS e tão pouco o valor da multa rescisória, o que levou o Sindicato não homologar as rescisões, e a denunciar as irregularidades no MPT em Bauru e Campo Grande, que obrigou as empresas a apresentarem os documentos que comprovem que tenham feito de forma correta os pagamentos aos trabalhadores. Em Bauru, os documentos apresentados no processo não provam o pagamento correto do FGTS, e outras verbas, e foi com esta posição que nos manifestamos ao MPT. Aguardaremos o MPT se pronunciar para adotarmos as medidas necessárias para preservar os direitos da categoria.